

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

BRUNO ROBERTO PEREIRA MONTEIRO

**ANÁLISE SOBRE AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NO
MUNICÍPIO MESQUITA**

NITERÓI

2017

Monteiro, Bruno Roberto Pereira

Análise sobre avaliação na Educação Física escolar no Município de Mesquita
/ Bruno Roberto Pereira Monteiro – Niterói: [s.n.], 2017.

Nºde folhas: 42f. II., 30cm.

Monografia de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura em
Educação Física – Universidade Federal Fluminense, 2017).

BRUNO ROBERTO PEREIRA MONTEIRO

ANÁLISE SOBRE AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NO MUNICÍPIO MESQUITA

Monografia apresentada ao Curso
Licenciatura em Educação Física
da Universidade Federal
Fluminense, como Requisito parcial
para obtenção do grau
de Licenciado em Educação Física.

Aprovado em Dezembro de 2017

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dr^a Dinah Vasconcelos Terra

Profa. Dr^a Martha Lenora Queiróz Copollilo

Prof. Eps. Sérgio Ricardo Abud

*Dedico este trabalho a minha mãe e
Irmãos pelos exemplos em minha vida*

AGRADECIMENTOS

Nesta reta final da minha segunda graduação, não posso deixar de agradecer a todos que direta, ou indiretamente fizeram parte desse processo.

Primeiramente, quero agradecer minha querida mãe Marila Pereira, por todo amor e carinho que me foram dedicados durante toda minha vida, pela educação sólida que ofereceu igualmente a todos os três filhos. sendo sempre uma verdadeira guerreira, onde criou praticamente sozinha três filhos homens, que hoje a faz ficar orgulhosa, seus esforços não foram em vão, sem você eu não seria nada. Neste momento só tenho que dizer muito obrigado por tudo.

Aos meus queridos irmãos por serem os grandes exemplos da minha vida me ensinam a todo o momento ser uma pessoa melhor, em especial meu irmão Marcos Monteiro que é o meu maior exemplo da carreira docente. Muito obrigado.

É o que dizer de você? A minha querida e amada namorada Alice Duarte, por todo carinho, atenção, cuidado e amor dedicado nos últimos meses, principalmente nas últimas semanas onde tive a incerteza da conclusão desse trabalho, você estava lá, incentivando e tendo principalmente paciência. Muito obrigado. Te amo.

Aos meus queridos amigos de infância que caminham ao lado até hoje, pelas alegrias, tristezas e dores compartilhadas. Com vocês, as pausas entre um parágrafo e outro dessa produção melhora tudo o que tenho produzido na vida, aqui representado pelo quase irmão Luiz Laporte, sempre se fazendo presente em todos os momentos foi o melhor amigo que eu poderia ter ou até merecia ter. Muito obrigado.

Em especial e como enorme caminho minha professora e orientadora Dinah Terra, pela paciência e carinho sempre disposta a me ajudar, esclarecer e ensinar, que esteve comigo durante toda a construção desse trabalho, por muitos momentos me carregando no colo, nos momentos mais conturbados, você tem grande participação na conclusão desse trabalho. Muito obrigado.

A instituição de Ensino UFF, que permeou a aquisição da titulação alcançada através do curso ofertado.

Ao curso de Licenciatura, e às pessoas com quem convivi nesses espaços ao longo desses anos. A experiência de uma comunhão nesses espaços compartilhada foram a melhor na minha formação acadêmica.

A todos os professores do curso que foram tão importantes na minha vida acadêmica e no desenvolvimento da minha graduação. Obrigado.

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo analisar e propor uma reflexão sobre a utilização dos documentos oficiais entorno da avaliação no Município de Mesquita e aplicação dos professores. Através da revisão bibliográfica, de entrevistas com coordenadora e professores da Rede de Ensino do Município, com relatos de experiências já vividas sobre a temática; este documento está organizado de maneira de propor debates sobre avaliação e Educação Física

Palavras chave: Avaliação, Educação, Educação Física Escolar.

SUMÁRIO

Introdução.....	9
Capitulo 1 – Avaliação e seu cotidiano Escolar	11
1.1 - Avaliações e suas características	11
1.2 - Papel da Escola na avaliação	14
1.3 - Concepções de avaliação	17
1.4 - Formações de professores e avaliação.....	18
1.5 - Avaliação na Educação Física	19
Capitulo 2 – Leis e documentos oficiais	22
2.1 – Leis Diretriz Bases (LDB)	22
2.2 – Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)	23
Capitulo 3 – Cidade de Mesquita	25
3.1 – História da cidade	25
3.2 – Secretaria de Educação do Município	25
3.3 – Deliberação de avaliação de Mesquita	25
Capitulo 4 – Metodologia	29
4.1 – Instrumento de coleta de informação	29
4.2 – Participantes da pesquisa	29
4.3 – O ambiente da Pesquisa	30
Capitulo 5 – Dialogo com a Empiria	33
5.1 – Entrevista com a coordenadora de Mesquita	33
5.2 – Entrevistas com os professores da Rede	35
Capitulo 6 – Considerações finais	39
Capitulo 7 - Referência Bibliográficas.....	41

INTRODUÇÃO

A fim de auxiliar entender um pouco a prática da Avaliação dentro do contexto escolar, com suas aplicações e dificuldade, sabendo que avaliação quase sempre esteve presente como fator punitivo no cotidiano escolar (Luckesi, 2000) e que persiste até hoje nas escolas. Resolvemos fazer esta pesquisa utilizando o Município de Mesquita para análise de como avaliação é proposta pelos documentos oficiais e como é realizada dentro das escolas da Rede Municipal de Ensino.

Na minha vida de estudante da Educação Básica, construída em uma escola particular, tradicional de classe média na cidade de Nilópolis, convivi com provas e testes em um sistema classificatório, onde as atividades tinham um peso punitivo e construía uma corrida para ver quem seria apto ou não ao final do ano letivo. Na maior parte do tempo, essas avaliações eram moldadas em decorar e reproduzir a fala dos professores.

Sabemos que avaliação não é o “fim”, mas é um dos processos fundamentais para realização e construção de resultados, que irão verificar o aprendizado discente assim estabelecendo se ele está apto ou não durante e ao fim do processo educacional. Com isso entendemos a sua importância e suas implicações para um dos principais momentos do processo educacional.

Nesse sentido, o presente estudo tem como **pergunta geradora como tem sido desenvolvido o processo de avaliação nas aulas de Educação Física no Município de Mesquita?** Para responder essa pergunta definimos como **objetivo analisar e compreender como os professores de Educação Física desse Município avaliam seus alunos a partir das referências apontadas pela Secretaria de Educação deste Município.**

Vale ressaltar, que durante a pesquisa, encontramos grandes dificuldades para encontrarmos literatura voltada especificamente para Educação Física e avaliação, então baseamos a pesquisa em autores renomados dentro da área da educação.

No primeiro capítulo iremos abordar como avaliação é vista e realizada no cotidiano escolar e suas dificuldades embasados em autores da área de educação como Barriga (1993), Perrenoud (1990), Ribeiro (1996), Hoffmann (1991), Esteban (2002), Luckesi (2000).

No segundo capítulo abordaremos os documentos oficiais e o que eles propõem enquanto avaliação dentro da escola, analisando, LDB, Parâmetros curriculares, Nacionais (PCNs).

No terceiro capítulo, iniciamos falando sobre a história e criação do município de Mesquita e como está estruturada sua Secretaria de Educação e apresentar a Deliberação a respeito da Avaliação dentro da Escola no Município.

No capítulo 4, estará presente a metodologia, como surgiu a ideia da pesquisa, as dificuldades encontradas, as características dos entrevistados, onde as escolas estão localizadas dentro do Município.

Capítulo 5, realizamos um diálogo, ou seja, nossa empiria, apresentando as entrevistas com professoras e coordenadora de Educação Física da Rede de Ensino do Município e a discussão com a literatura.

Por fim, nosso capítulo 6 faremos nossas considerações finais sobre o trabalho de pesquisa e os resultados encontrados durante a pesquisa empírica.

CAPITULO 1 – Avaliação e seu cotidiano Escolar

1.1 – Avaliação suas características

Mesmo reconhecendo os fator histórico mencionado na obra (CARVALHO,2013), aqui vamos ter um cuidado de fazer e produzir uma análise mais sobre a avaliação e suas características, dentro do cotidiano escolar sem esquecer da importância da formação docente e seus modelos de avaliações. Reconhecemos que a avaliação é um dos processos fundamentais que envolve toda parte educativa de ensino e aprendizagem e que o conjunto destes procedimentosdevem ser observados e analisados no dia a dia dos alunos e dos docentes.

No entanto é forte encontrarmos alunos e docentes presos em uma avaliação escolar seletiva que, quase sempre, propicia uma divisão de aptos e não aptos dentro do universo escolar o que dificulta a aprendizagem qualitativa. Por outro lado, alguns docentes não trabalham o potencial do aluno, isso acontece porque os professores não trabalham na perspectiva de ensino/aprendizagem, mas sim de treinamento e memorização de determinados temas. No meu processo de escolarização essa foi a tônica que vivenciamos e mesmo não gostando acreditei ser a forma correta até entrar na universidade onde pude experimentar outras perspectivas.

Em entrevista para o site nova escola, Luckesi (2006), fala porque ainda insistimos em provas e exames ainda no século 21:

Nós, educadores do início do século 21, somos herdeiros do século 17. O modelo atual foi sistematizado na época da emergência da burguesia e da sociedade moderna. Se analisarmos documentos daquele tempo, como o RatioStudiorum, dos padres da ordem dos jesuítas, ou a Didática Magna, do educador tcheco Comênio, veremos que o modelo classificatório que praticamos hoje foi concebido ali. Muitos outros educadores propuseram coisas diferentes desde então, mas nenhuma dessas pedagogias conseguiu ter a vigência da pedagogia tradicional, que responde a um modelo seletivo e excludente. Existem também razões psicológicas para a insistência nos velhos métodos de avaliação: o professor é muito examinado durante sua vida de estudante e, ao se tornar profissional, tende a repetir esse comportamento (Luckesi, 2006)

Onde durante muito tempo esta tática continuou sendo mantida e servindo perfeitamente para recém-criada sociedade burguesa.

(...) a sociedade burguesa aperfeiçoou seus mecanismos de controle. Entre outros, destacamos a seletividade escolar e seus processos de formação das personalidades dos educandos. O medo e o fetiche são mecanismos

imprescindíveis numa sociedade que não opera na transparência, mas sim nos subterfúgios.
(LUCKESI 2011, p. 41)

Sempre que citamos avaliação, assimilamos a ideia de provas e exames. Para Esteban (2001), a avaliação na ótica do exame, além de atender a uma exigência administrativa, aponta a presença ou ausência de um dado conhecimento. Essa perspectiva é limitante porque não pode revelar quais conhecimentos o aluno adquiriu, como também de que maneira ele absorve as informações que recebe.

Luckesi (2006) caracteriza a lógica dos exames de uma maneira clara e objetiva quando aponta, primeiramente, seu caráter pontual, o que significa que o que está acontecendo com o aluno antes da prova não tem importância, nem o que poderá acontecer após a única preocupação é com o agora.

O exame nem sempre constituiu um problema central para a escola ou para a pedagogia geral (BARRIGA, 1993). A prática de examinar estava relacionada com a aprendizagem como parte do método de trabalho, não se caracterizando como instrumento de verificação e de classificação. O estabelecimento da avaliação formal se insere no processo de criação de um sistema centralizado de ensino como parte do movimento de racionalização dos processos sociais (PERRENOUD, 1990).

Os exames para Luckesi (2005), possuem uma característica classificatória, ou seja, eles tendem a classificar os educandos em aprovados ou reprovados, estabelecendo uma escala com notas que vão de zero a dez. São classificações que ficam estigmatizadas na vida do educando, registradas em cadernetas e documentos escolares “para sempre”.

Libâneo (1994) chama a atenção para alguns equívocos no processo de avaliação na prática escolar, muitas vezes extremados, dificultando uma maior compreensão da avaliação como tarefa didática. Segundo este autor estes equívocos podem ser caracterizados em quatro momentos:

- a)- tomar a avaliação unicamente como ato de aplicar provas, atribuir notas e classificar os alunos. O professor reduz a avaliação à cobrança daquilo que o aluno memorizou e usa a nota somente como instrumento de controle;
- b)- utilizar a avaliação como recompensa aos “bons” alunos e punição para os desinteressados ou indisciplinados. As notas se transformam em armas de intimidação e ameaça para uns e prêmios para outros;

c)- aqueles professores que confiam demais em seu “olho clínico”, dispensam verificações parciais no decorrer das aulas;

d)- aqueles professores que rejeitam as medidas quantitativas de aprendizagem em favor de dados qualitativos. Consideram que as provas de escolaridade são prejudiciais ao desenvolvimento autônomo das potencialidades e da criatividade dos alunos.

Neste sentido, o autor conclui que tais equívocos levam a duas posições extremas tendendo ora aos aspectos quantitativos, ora aos qualitativos. O primeiro reduz a avaliação a uma “medida” e o segundo se perdendo na subjetividade de professores e alunos criam uma atitude “fantasiosa quanto aos objetivos da escola e à natureza das relações pedagógicas” (Libâneo, 1994, p.199).

Assim a importância dada a avaliação como um processo técnico, que proporciona posição de destaque ao exame, escondendo a difícil prática social que define e sustenta as práticas escolares onde o processo avaliativo funciona para justificar resultados previamente esboçados. Aqui a avaliação escolar acontece em um sistema de oferta e suspensão dos direitos, tanto na sala de aula no dia a dia, como para possibilidades futuras.

Presenciamos na escola com certa frequência os alunos em uma posição de subordinação aos professores onde isso implica até mesmo em pedir algo emprestado durante uma Prova ou Teste, sentar somente olhando sua prova, onde qualquer algo fora da normalidade será considerado intenção de “colar”, podemos observar que quando inserida no cotidiano, a ação avaliativa restringe-se a correção de tarefas diárias dos alunos e registro dos resultados. Quando se discute avaliação, discutem-se de fato, instrumentos de verificação e critérios de análise de desempenho final, assim sendo acaba surgindo um autoritarismo da avaliação.

Avaliação pode ser vista com um papel reflexivo, na medida que, nos procedimentos e processos de avaliação amplamente considerados, tem-se a possibilidade de estar retornando ao que vem sendo realizado. Sabemos que há uma média formalizada em forma de nota, conceito, descrição do comprimento de tarefas onde o aluno precisa atingir para ser aprovado ou reprovado, onde esse resultado irá demarcar a distância entre a “ignorância” e o conhecimento (PERRENOUD, 1990).

Para esse autor a avaliação enquanto prática, possui um futuro flexível, onde não trabalha com uma única resposta, mas indagam as muitas respostas encontradas, porque quando apresentada uma única opção de saber, onde esse conhecimento torna-se único legítimo, possui sentido de eliminar outras opções, fazendo o não saber único caminho para quem não possui o conhecimento. Precisa que o aluno ou aluna saiba que pode se sentir livre para formar a sua resposta, mesmo que diferente da padronizada, onde possa ser explorada a diversidade das suas respostas, para o acúmulo de conhecimento. Aceitação do erro como parte do processo de construção do conhecimento irá preencher uma lacuna no processo de ensino/aprendizagem.

Logo podemos entender que as práticas de avaliação, como as demais práticas pedagógicas, que estão marcadas por uma dinâmica social de inclusão e exclusão e por algumas tensões sociais. Nessa linha de argumento nos respaldamos em Esteban (2002) quando autora diz que “ a avaliação atribui valores aos sujeitos e aos seus processos de aprendizagem a partir de conceitos socialmente estabelecidos. A busca da hegemonia é a formação de a escola se vincular ao processo de inclusão e exclusão” (p.6). Neste sentido, entendemos que a avaliação deva ser um potente elemento da prática educativa, mas que necessita de uma constante vigilância do professor considerando o cuidado de inclusão apresentado por vários autores. Mas do que incluir acredito deva ser um processo de aprendizagem tanto do aluno quanto do professor.

Logo a grande questão como aprender a avaliar é para Luckesi (2011) aprender a avaliar é aprender conceitos teóricos sobre avaliação, mas, concomitantemente a isso, aprender a praticar a avaliação, traduzindo-a em atos do cotidiano. Aprender conceitos é fácil, o difícil mesmo é passar da compreensão para a prática (p. 30).

1.2 – Papel da Escola na Avaliação

É evidente que nos últimos anos temos um aumento dos números de vagas oferecidas na área educacional em âmbito nacional. Acontece que essa ampliação de vagas no sistema é vista com a oportunidade de possibilitar a sociedade condições iguais para todos. Mas esse aumento de vagas sempre esteve relacionado às lutas das classes trabalhadoras, onde o fracasso escolar é a confirmação que existe pessoas diferentes, visto como aptas ou não. (ESTEBAN, 2002)

Para esse autor o que esta cada vez mais claro é que avaliação que apenas afere de forma limitadora o aluno no cotidiano escolar, irá trazer um peso de uma educação excludente, onde os alunos são comparados e classificados de acordo com suas notas. Onde acaba criando uma hierarquia de quem é melhor ou pior dentro do conhecimento, logo acaba ficando em segundo plano o conhecimento assimilado pelos alunos.

Para Hoffman (2009) essa estrutura educacional evidencia que muitas escolas acabam sendo responsáveis pelo sucesso e/ou fracasso do aluno. Quando isso ocorre a escola inicia sua crítica aos sistema educacional tradicional, criando um cultura da queixa. Mas como podemos culpabilizar uma escola que possui atentos problemas estruturais e que ainda recebe alunos provenientes de outras repetencias acumulativas e e até aqueles que já evadiram e retornaram? (HOFFMANN, 2009)

Para Luckesi (2011), sistema de notas acaba não avaliando o aluno, em sua totalidade criando uma distrorção da realidade.

De fato, o ideal seria a inexistência do sistema de notas. A aprovação ou a reprovação do educando deveria dar-se pela efetiva aprendizagem dos conhecimentos mínimos necessários, com o conseqüente desenvolvimento de habilidades, hábitos e convicções. Entretanto, diante da intensa utilização de notas e conceitos na prática escolar e da própria legislação educacional que determina o uso de uma forma de registro dos resultados da aprendizagem, não há como, de imediato, eliminar as notas e conceitos da vida escolar. Em função disso, é possível pedagogicamente (não administrativamente) sanar esta dificuldade pelo estabelecimento de conhecimentos, habilidades e hábitos mínimos a serem adquiridos pelos educandos e pelo encaminhamento do ensino a partir dessa definição.
(LUCKESI 2011, p. 56)

Também é preciso ver o papel importante que a escola apresenta nas tensões sociais e nas perspectivas de mudanças, como um espaço que interage com outras tantas culturas que também possuem importante papel nas práticas sociais. A escola é vista como território para as lutas sociais, com o intuito de desenvolver um espírito crítico e o respeito da dignidade humana, mas tem aparecido como o local da procura e divisão dos melhores e piores, tendo como parametro a perspectivas do professor de acertos e erros. Onde esse erro carrega consigo a ideia de fracasso, e no extremo chegando a reprovação.

A Escola não pode ser simplesmente um espaço de reprodução do contexto social simplesmente um instrumento de poder, ou onde são construídas praticas que reforçam as quais as desigualdades. Mas a escola também é um lugarque se faz construção de

práticas alternativas que superam ou tentam superar as desigualdades iniciais. A escola pública deve democratizar o acesso da criança das camadas mais pobres a terem acesso a uma educação. O lugar onde a sala de aula tenha condições para experimentar diversas diferentes interpretações e conhecimentos. Não se pode apenas pensar porquê o aluno não aprende. Isso passa a ser insuficiente. É preciso pensar na dinâmica que favoreça a aprendizagem de cada um e os mecanismos para responder as questões expostas, onde o professor precisa entender o aluno, porque uma resposta diferente não irá apresentar falta de conhecimento e sim uma solução com conhecimento que ele já possui.

A escola precisa ser um espaço de permanente construção/desconstrução/reconstrução individual e coletiva de saberes alunos/professores, que o processo de ensino e aprendizagem apareça para o professor com informações culturais e contexto social necessário para o planejamento do ensino (ESTEBAN, 2002).

Temos que observar que Avaliação tem sido praticada apenas como função classificatória, perseguindo um princípio claro de descontinuidade. Precisamos aplicar uma perspectiva de avaliação que necessita do educador uma concepção de aluno, como próprio sujeito do desenvolvimento, onde possui uma realidade cultural e política, com este pensamento o erro e as dúvidas dos alunos, são considerados como episódios altamente significativo, neste momento a avaliação deixa de ser um momento terminal do processo educativo para se transformar na busca incessante de compreensão das dificuldades do educando e na dinamização de novas oportunidades de conhecimento (HOFFMANN, 2009).

Mas hoje como prática o mais comum é uma avaliação classificatória, que tem por princípio estabelecer uma hierarquia que classifica e seleciona. É uma avaliação encarada enquanto exame, procurando atender interesses de natureza administrativas, a procura ou não de determinado conhecimento, acaba nesse modelo utilizando o resultado com explicação do fracasso escolar. Enquanto ocorrer a relação do erro com algo negativo, irá só dificultar que os docentes possam utilizar no processo de avaliar a compreensão dos alunos.

Precisamos rever o sentido do erro e tentar programar mecanismos para que professores, onde o erro apresente uma dimensão criativa e múltiplos conhecimentos, que traga importante informação, que deve ser considerada e explorada, porque uma

educação mecânica, que traz respostas certas não atua no favorecimento a organização do conhecimento e sua participação na constituição de um pensamento independente, crítico, para que o professor tenha como principal interesse proporcionar a oportunidade de o aluno refletir sobre o mundo.

1.3– Concepções de Avaliações

A avaliação mais frequente dentro das escolas, ainda é classificatória, serve para constatar se o ensino foi transmitido. Onde aqui é utilizada com um instrumento rígido, basicamente em verificar se o aluno memorizou o que foi ensinado. Existe a necessidade de politização do educador quanto ao conceito de avaliação, pois um processo que se destina apenas a classificar, selecionar, medir, julgar e excluir desconsidera o papel original que é ensinar. Carmo (2003) ao tratar de avaliação classificatória destaca que a questão não tem sido de intervir para qualificar, mas a de rotular para excluir.

A avaliação com critério punitivo tem como objetivo o controle social e hierarquização. Nesse sistema o instrumento para amedrontar, e nos quais os erros são enfatizados, pois é uma avaliação direcionada a punir. Quando ao modelo de avaliação excludente, Luckesi apresenta que:

A avaliação da aprendizagem não é e não pode continuar sendo a tirana da prática educativa, que ameaça e submete a todos. Chega de confundir avaliação da aprendizagem com exames. A avaliação da aprendizagem, por ser avaliação, é amorosa, inclusiva, dinâmica e construtiva, diversa dos exames, que não são amorosos, são excludentes, não são construtivos, mas classificatórios. A avaliação inclui, traz para dentro; os exames selecionam, excluem, marginalizam (2000, p.17).

Em outro oposto, encontramos a avaliação da aprendizagem que é um mecanismo democrático, inclusivo e se opõe ao modelo social hierarquizado e excludente.

Agir inclusivamente numa sociedade excludente exige consciência crítica, clara, precisa e desejo político de se confrontar com esse modo de ser, que já não nos satisfaz mais. O ato de usar a avaliação da aprendizagem dentro da escola, hoje, configura como investigação e intervenção a serviço da obtenção de resultados bem-sucedidos, é um ato revolucionário em relação ao modelo social vigente. Significa agir de modo inclusivo dentro de uma sociedade excludente; para tanto há necessidade de comprometimento político... de muito comprometimento político. É mais fácil agir na direção para a qual leva a maré; para opor-se à ela, há que se colocar força no remo, muita força !(LUCKESI 2011, p.70)

Para Barriga (1993), algumas redes de ensino mudaram seus métodos de ensino como por exemplo para a teoria construtivista para superar a avaliação classificatória. Para o autor essa mudança não significa alterar uma avaliação classificatória, pois muitas não preparam seus professores e o próprio sistema para essa tarefa, que depende de formação para essa transformação;

Para Libâneo (1994) e Lukesi (1995) a avaliação tem uma dinâmica ampla que facilita uma reflexão sobre o nível de qualidade do professor e dos alunos. Por isso é considerada como uma tarefa didático-pedagógica necessária e permanente do trabalho docente. Através dela os “resultados vão sendo obtidos no decorrer do trabalho conjunto do professor e dos alunos e são comparados com os objetivos propostos, afim de constatar progressos, dificuldades, e reorientar o trabalho para as correções necessárias” (Libâneo, 1994, p.195).

Independentemente no método de ensino precisamos encarar que o aluno é o centro do processo pedagógico, onde as práticas escolares precisam favorecer alunos, havendo uma preocupação no sentido de oferecer propostas ao ritmo de cada indivíduo. Com o passar dessa transformação a avaliação também sofre mudança, passa a ganhar peso, uma auto avaliação e encaminha o sujeito a realizar suas próprias respostas, Joel Martins (1980) diz que o que deveria estar presente no paradigma de avaliação do aluno e do professor, como indivíduos humanos, é que a essência do relacionamento fosse sempre um encontro em que ambos os participantes se modificassem. Para Alves (1996) esta pedagogia compartilhada, dialógica e democrática, pode substituir a ideia de se valorizar, apenas os percursos individuais abrindo espaço para a ideia de trajetória coletiva. (Alves, 1996).

1.4– Formações de professores e avaliação

Para que se possa efetuar qualquer mudança na educação, o professor é peça chave nesse contexto, mas para que o professor possa desenvolver uma avaliação mediadora, a formação continuada é imprescindível. “A ideia é, então, “cuidar do professor”, literalmente, contanto que ele possa cuidar do estudante, pois “ser professor” é cuidar que o aluno aprenda” (DEMO, 2012, p. 8).

Assim faz necessário neste momento falar um pouco da formação docente, que esta diante de um dilema, continuar propondo ensino/aprendizagem nos estreitos limites da sala de aula que muitas das vezes torna-se um reproduzidor fortemente das suas experiencias vividas enquanto estudantes ou encarar essa ação uma pratica pedagógica como pratica social, ligada com a realidade do aluno que vai além do muro da escola e ainda está incluída em tensões socialmente construídas, nesta formação acaba assimilando em forma de treinamento com isso minimiza o processo ensino/aprendizagem a sua dimensão técnica, hierarquizando teoria e pratica. Pensamos o professor como o intelectual transformador capaz de refletir criticamente sobre sua pratica, onde ele tem o papel fundamental para construção de cidadãos críticos e possam constituir-se como força coletiva.

Alguns professores interpretam o erro uma evolução como parte importante do processo, onde que muitos momentos percebem a ação de educar e a ação de avaliar como dois momentos distintos e não relacionados, já outras encaram com excessos de erros falta de conhecimento ou problema de ensino/aprendizagem desenvolvido. O atual momento necessita que o professor desenvolva novas competências, assim tornando bons professores e mudando métodos do modelo tecnicista.

Não estamos aqui, negando o conhecimento científico, onde é um instrumento importante para ação docente na medida que contribui para compreensão de realidade complexas e para intervenção neste contexto. O conhecimento científico é importante, mas precisa utiliza-lo e ir além dos limites, para atingir interrogações de carácter ético e social, proporcionando uma nova pratica pedagógica, mas não podendo deixar ele como único conhecimento legitimo onde ampliação dos conhecimentos validos implica o questionamento da existência de um único modelo de resposta. A pratica pedagógica e o processo de formação são atuações que transcendem a simples aplicação de métodos, instrumentos e técnicas derivados de uma produção científica desenvolvida em âmbitos, teóricos e práticos distanciados da realidade escolar (Gimeno Sacristán, 1996).

1.5 - Avaliação na Educação Física

Desenvolvemos até aqui acompanhamos as opções das avaliações no ambito de ensino/aprenziagem, mas quando falamos da avaliação na Educação Física, encontramos

geralmente uma avaliação tradicional, voltada para modelos ao desenvolvimento de aptidões físicas e habilidades motoras e desportivas, que acaba servindo somente para comparar e classificar, selecionando os alunos aptos. Refletindo uma evasão das aulas de educação física. Precisamos fazer uma reflexão de como estamos encarando a avaliação na educação física e a partir daí inserir uma perspectiva de ensino e aprendizagem crítica da Educação, de tal forma repensar seus objetivos e como isso reinventar uma forma de avaliar.

Assim sendo, neste modelo tradicional de educação, que advém de uma construção onde educadores que tem por prática a reprodução de um modelo de ensino que prioriza a memorização, encaminhada para um condicionamento em que o conhecimento que é apresentado pronto e acabado. Onde o processo histórico-social de construção de conhecimento não é levado em consideração o professor aparece como sendo o “dono do saber” (Terra; Palafox. 1997).

Em muitos momentos esse tipo de avaliação vai servir somente como um mero instrumento de poder, onde acaba servindo somente para hostilizar os alunos e exigir deles uma conduta disciplinada e submissa, que acaba implicando em um tipo de relação de ensino e aprendizagem de aceitação por parte do aluno de valores, que está relacionado com atos de obediência.

Com isto, encontramos nas escolas uma lacuna nas políticas avaliativas que acaba levando aos professores experimentar situações individuais e isoladas de algumas propostas já existentes, que acaba envolvendo basicamente as áreas psicomotoras e aptidões físicas, em raros casos a cognitiva e a afetiva.

Como avaliar a aprendizagem do movimento, questiona Freire (1994), quando sabemos a infinidade de fatores nele envolvidos, tais como força muscular, resistência, agilidade, equilíbrio, ritmo, sentimento, cognição, afetividade etc?

Considerando o aspecto histórico da educação física, Souza (1993) expõe que a avaliação neste campo pode ser caracterizada em três tendências a saber: clássica, humanista-reformista e crítico-social:

- tendência clássica - privilegia o aspecto quantitativo da avaliação cuja verificação se remete ao controle da aprendizagem para saber se os objetivos da disciplina foram atingidos ou não. Ela ocorre através da demonstração daquilo que foi apreendido

pelo aluno, mediante testes de medidas com escalas métricas ou tabelas que indicam um valor (a nota);

- tendência humanista-reformista - privilegia as mudanças qualitativas ocorridas no interior do indivíduo promovendo sua participação no momento avaliativo através da auto-avaliação e evitando a padronização de produtos da aprendizagem;

- tendência crítico-social - considera a avaliação um processo de conhecimento questionador da realidade social para buscar transformá-la através da participação democrática, responsabilidade, convivência, compromisso e auto-avaliação.

Concluimos que quando falamos em Educação Física e avaliação, concordamos com Terra e Palafox (1992)

Um processo de obtenção de informações integradas e um sistema de trabalho que apresenta a finalidades e objetivos pré determinados. Visa à definição e execução de procedimentos de mensuração qualitativa e/ou qualitativa, ao estabelecimento de critérios de julgamento, assim como à coleta de dados e sua interpretação à luz de referências teóricas, tendo em vista a tomada de decisões. (2012)

A avaliação precisa estar dentro dos objetivos alcançados, com importância de desenvolver a responsabilidade individual e coletiva que o ato de avaliar traz consigo, tanto para os alunos quanto para professores, pois esta ação faz parte do desenvolvimento crítico de ambos.

CAPITULO 2: Leis e documentos oficiais

2.1 – LDB

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, é uma lei criada em 1996, Nº 9394/96 que é a lei mais importante envolvendo Educação, também popularmente conhecida como Lei Darcy Ribeiro, que foi um dos principais políticos na formulação da Lei, ela irá tratar do Ensino Infantil ao Superior, mas neste capítulo iremos discutir o que a Lei diz a respeito do Ensino Fundamental I e II. Possui suas características todo cidadão brasileiro tenha o direito ao acesso a uma educação gratuita no Ensino Fundamental e levada também ao Ensino Médio, apresentando Diretrizes Curriculares Básicas em todo território Brasileiro e também define funções e obrigações dos profissionais de educação.

Lei LDB, fala em seu artigo 13, Inciso IV, fala do dever do professor promover estratégias para recuperação de alunos. Assim sendo cabe ao Professor a preocupação pelo aprendizado do educando. O que muitas das vezes não observamos na escola, ocorrendo até o contrário criação de obstáculos.

Quando tratado especificamente da avaliação da aprendizagem na Educação Básica, a LDB, em seu capítulo II, Artigo 24, Inciso V, traz alguns aspectos relevantes sobre como devem agir professores e escola em relação aos processos avaliativos:

[...]A verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios: a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais; b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar; c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado; d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito; e) obrigatoriedade de estudos de recuperação de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos (LDB9394/96)

Podemos observar nesta avaliação uma indicação mais adequada avaliar o aluno, levando em consideração o progresso (ou não) do processo de ensino e aprendizagem, durante o ano letivo, teoricamente os elementos quantitativos deverão ficar em segundo plano em comparação com o que o aluno produziu.

Precisamos destacar que o documento propõe a obrigatoriedade de uma recuperação em uma preferência durante o ano letivo para aqueles alunos a baixo do rendimento escolar. Mas percebemos que nas escolas encontramos a recuperação somente

no final do ano letivo, onde que segue um padrão de cobrar todo conteúdo didático de um ano inteiro de estudo.

Quando trata do Ensino Fundamental, apesar da Lei 9394/96 na Seção III, não fica clara a maneira que o professor deve avaliar a aprendizagem neste segmento.

Podemos concluir que a LDB nº 9394/96 encaminha para uma proposta inclusiva da avaliação do ensino no momento que irá valorizar o processo de recuperação dos docentes, procurar diminuir o número de evasão escolar. Outro ponto que a LDB irá apresentar que a escolar precisa encarar avaliação de maneira para incentivo dos alunos, ultrapassando os aspectos quantitativos e valorizando os qualitativos.

2.2 – PCN

Quando falamos dos Parâmetros Curriculares Nacionais apresenta um referencial de qualidades para a educação do Ensino em todo o Brasil, onde terá a responsabilidade de orientar uma coerência do Sistema Educacional. Mesmo assim ele possui uma ideia aberta, mantendo uma proposta flexível, ficando a cargo de escolas, professores e governantes, assim ficando integrado com cada realidade regional não sendo um Modelo curricular homogêneo e nem impositivo.

Os PCN apresentam como proposta para os anos iniciais de ensino fundamental irão destacar e valorizar critérios apresentados e divididos nos ciclos da educação infantil que está presente no Referencial Curricular da Educação Infantil, assim ajudando ao professor a análise de seus alunos dentro do processo.

Quando citamos o PCN para Ensino Fundamental II encontramos a preocupação com a formação de conhecimento do aluno e com a escola dos conteúdos trabalhado durante o ano letivo. Mas igual ao Ensino Fundamental I as temáticas serão mantidas: esportes; jogos; lutas e ginásticas; atividades rítmicas e expressivas e conhecimento sobre o corpo.

Iremos encontra para os blocos dos jogos, esportes, lutas e ginásticas, vai apresentar uma abordagem mais aprofundada. Já na temática do corpo já apresenta conhecimentos anatômicos, fisiológicos, biomecânicos e bioquímicos de modo aprofundado e ampliado. As atividades rítmicas e expressivas vão ao encontro das

manifestações da cultura corporal por meio dos gestos, ritmos, sons e da música na construção da expressão corporal.

Onde o processo de ensino/aprendizagem estará alinhado com o documento abordando seus conteúdos procedimentais, atitudinais e conceituais, que se refletirão no aprendizado do aluno, possibilitando uma igualdade no processo de avaliar que estimule a independência do educando. Onde deixa claro que o senso crítico do aluno será valorizado. Vale ressaltar também que o PCN irá sugerir formas de auto avaliações.

Podemos encontra com bases das atividades trabalhadas, possibilita a criar critérios para diagnosticar o progresso (ou não) desses alunos, onde isto irá direcionar uma posição ao professor: “Realizar as práticas da cultura corporal dos movimentos; valorizar a cultura corporal de movimento; relacionar os elementos da cultura corporal com a saúde e a qualidade de vida “ (PCN, 1997, p.101)

CAPITULO 3 –Mesquita

3.1- História de Mesquita

Cidade da Mesquita esta localizada na Baixada Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro, onde limita-se com os municípios de Nova Iguaçu, Nilópolis, Belford Roxo, São João Meriti e Rio de Janeiro. Cidade obteve sua emancipação de Nova Iguaçu no ano de 1999, com isso cedo uma cidade nova com apenas 18 anos de existência, tendo sua primeira eleição no ano de 2000 e sendo tomando posse no primeiro dia de 2001, possui uma população estimada pelo último censo do ano de 2010 de 168.403 habitantes de acordo com IBGE.

3.2 – Secretaria de Educação

A Secretaria de Educação do Município, hoje é tem a gestão na Secretaria Thais Lima, formada em História, onde é professora da rede do município por 14 anos, também professora da rede de Nova Iguaçu. A Secretaria oferece Ensino de Educação Física para toda Educação Fundamental (inicias e finais) e para Educação de Jovens e Adultos. Essa Secretaria, também, garante espaços de formação e valorização dos profissionais da rede municipal, incentivando a pesquisa científica, incentivando publicação de trabalhos no meio acadêmico.

Quando falamos da educação física especificamente hoje a rede de Mesquita, possui um total de 53 professores, onde eles estão incluídos principalmente na Ensino Fundamental.

A formação de professores acontece de maneira constante com encontro para debates que são chamados de GEPEF (Grupo de Estudo Pesquisa Extensão e Formação) onde os encontros do ano de 2017 está entorno de oficinas de formações no caso da Educação Física esta sendo trabalhado o Rugby.

3.3 – Deliberação de avaliação de Mesquita

Agora, vamos tratar Portaria N° 38/ SEMED / 2016, onde que irá estabelecer as orientações sobre avaliações nas unidades de ensino da Rede Municipal de Mesquita. No seu primeiro capitulo irá tratar das natureza, finalidades e objetivos onde esse processo

estabelece por um ensino e aprendizagem que tenha como objetivo ser formativo, mediador e emancipador sendo realizado de forma processual, dialógica e reflexiva tentando atender o aluno da rede.

Assim sendo Perrenoud (1999) irá afirmar que “É formativa toda avaliação que ajuda o aluno a aprender e a se desenvolver, ou melhor, que participar da regulação das aprendizagens e do desenvolvimento no sentido de um projeto educativo” (p. 102).

Onde essa avaliação formativa irá de encontro com uma educação dialética, conotação defendida por Luckesi (2006), que vê o ato de avaliar como um ato amoroso e afirma que as experiências dos educandos devem ser valorizadas pelos docentes, para que através delas eles sejam capazes de absorver novos conhecimentos. Logo, a Portaria tratar a educação formativa e dialógica juntas, é um acerto, porque as duas se completam e está interligada procurando fazer uma aprendizagem significativa aos estudantes nesse sentido, onde o professor deve realizar avaliação formativa como instrumento para acompanhar a vida diária dos estudantes, sem a preocupação de padronizar instrumentos avaliativos, uma vez que, o processo, em sua maioria, aparece de forma dialógica, acabando que a forma de avaliar aparece de acordo a cada momento, observando o que o aluno aprendeu ou deixou de aprender que as decisões sejam tomadas em prol da aprendizagem e sejam motivadas por fatores cognitivos, afetivos e relacionais, concretizando assim uma avaliação sem pressão, sem punição. Luckesi assim confirma:

A avaliação da aprendizagem neste contexto e um ato amoroso, na medida em que inclui o educando no seu curso de aprendizagem, cada vez com qualidade mais satisfatória, assim como na medida em que esse sucesso foi construído ao longo do processo de ensino aprendizagem (Luckesi 2006, p.175)

No capítulo 2 a lei, irá abordar sobre o acompanhamento do desenvolvimento escolar onde que na Educação Básica ocorrerá de forma contínua e processual no desenvolvimento das atividades ou realizada no ano letivo e esse acompanhamento contínua irá identificar eventuais problemas e dificuldades, de modo de subsidiar a prática pedagógica.

Assim, observamos que a avaliação formativa e mediadora esta relacionada e completa o pensamento da secretaria onde a avaliação formativa contribui para o desenvolvimento dos discentes, por ser um momento que leva em conta o caminho percorrido durante o processo de ensino/aprendizagem e enquanto mediadora passa por

esse mesmo pensamento, não valorizando apesar os acertos, mas "os erros" acontecem nessa trajetória, onde que a partir deles pode solucionar formas para superar as dificuldades posteriores.

Pensando em possibilidade maior número de oportunidade para o aluno no processo de ensino e aprendizagem, pensando nas estratégias de acordo com a finalidade e limitação de cada instrumento, os professores precisam aplicar no mínimo de três instrumentos avaliativos onde poderá ser utilizado com processo avaliativo: observação, pesquisa, debate, painel, seminário, auto avaliação, prova, portfolio/dossiê, sínteses, estudos dirigidos. Assim podendo ampliar a chance de êxito do aluno durante o ano letivo, já sabemos que procuramos cada vez mais uma avaliação de aprendizagem que seja diagnóstica, contínua e cumulativa.

Para Luckesi (2006, p.179) "é preciso estar atento ao processo de correção e devolução dos instrumentos de avaliação da aprendizagem escolar aos educandos. ", cabendo ao professor considerar os erros de forma construtivista e devolver os instrumentos de avaliação de aprendizagem aos educandos, comentando-os auxiliando o educando a se auto compreender em seu processo pessoal de estado, aprendizagem e desenvolvimento.

Quando falamos dos registros ao longo do processo de ensino e aprendizagem terá o objetivo de ser diagnóstico, formativo e informativo. Os instrumentos de registro a serem utilizados são: diário de classe, relatório descritivo individual, portólio/Dossiê, diário de Bordo, ata do conselho de classe.

Onde os resultados das avaliações serão através de conceitos: Muito bom, Bom, regular e insuficiente onde no ciclo do Ensino Fundamental não promoção por rendimento só irá acontecer ao final do 3º Ano. No 4º e 5º ano de escolaridade, só terá retenção quando o aluno possuir insuficiente em duas e nos anos finais só não terá promoção quando o aluno apresentar insuficiente em no mínimo 3 disciplinas.

Assim sendo, o professor terá oportunidade durante o ano letivo de organizar sua ação pedagógica em prol da aprendizagem do estudante Luckesi (2006, p.58) Afirma que "o erro não é a fonte de castigo, mas um suporte para o crescimento, " Nesse contexto, fica a cargo do professor utilizar o erro como algo construtivo utilizando como fonte de aprendizagem e não de reprovação.

Há que se observar que o erro, como manifestação de uma conduta não aprendida, decorrer do fato de que há um padrão já produzido e ordenado que dê direção do avanço da aprendizagem do aluno e, conseqüentemente, a compreensão do desvio, possibilitando a sua correção inteligente. (Luckesi, 2006, p. 57)

CAPITULO 4 - Metodologia

Para a realização do presente trabalho optamos por uma pesquisa de perspectiva qualitativa descritiva, para que houvesse uma maior aproximação e aprofundamento do tema proposto e por essa possibilitar uma flexibilidade no processo de desenvolvimento da pesquisa no que diz respeito aos instrumentos utilizados e reorganização dos objetivos.

Neste sentido, as análises dos dados do trabalho de campo nos permitiram, sem querer generalizar, dialogar com questões não prevista inicialmente, mas que consideramos pertinentes ao estudo.

4.1- Instrumento de coleta da informação

A técnica de investigação escolhida foi uma entrevista a partir de organização de roteiro de questões, que segundo Gil (1999), apresenta certo grau de estruturação, já que se guia por uma relação de pontos de interesse que o entrevistador vai explorando ao longo do percurso da entrevista. O entrevistador faz poucas perguntas de preferência diretas e deixa o entrevistado falar livremente, à medida que reporta às questões assinaladas.

Com essa técnica é possível coletar informações com mais riqueza de detalhes, inserir possíveis perguntas no decorrer da entrevista, questionamentos e esclarecimentos. Dessa forma, uma entrevista semi-estruturada o entrevistador está munido de um roteiro que o direcione evitando possíveis dúvidas, erros de interpretação ou até mesmo uma baixa qualidade no conteúdo da entrevista.

A duração da entrevista foi de máximo 25 minutos, gravada por áudio e transcrita, mas não possível reenviar a entrevista aos participantes para possíveis alterações. Consideramos aqui um limite dessa pesquisa.

4.2- Participantes da pesquisa

A entrevista foi realizada com 4 professores de Educação Física da Rede Municipal de Educação de Mesquita

Formação:

	Escola 1		Escola 2	
	Professor 1	Professor 2	Professor 3	Professor 4
Formação	UFRRJ	UFRJ	UERJ	UFRJ
Ano de conclusão	2007	2012	2007	2006
Pós - Graduação	Não	Não	Não	Sim
Tempo de Rede	2014	2014	2014	2010
Trabalha em outra Rede	Sim	Não	Sim	Sim

Todos os professores são oriundos de faculdades públicas, onde procuramos selecionar professores de ambos os gêneros, professor com maior tempo na rede e também maior tempo de formação é a professora 4, que está na escola Castelo Branco. Somente 1 dos entrevistados não possui experiências em outras redes de ensino, entre os selecionados apenas 1 possui Pós-Graduação.

4.3- O ambiente da pesquisa

A ideia de realizar a parte empírica desse projeto é definida sobretudo pelo conhecimento de que a Secretaria de Educação do Município de Mesquita esteve presente durante anos com seus professores frequentando congressos, encontros, fóruns, inclusive com apresentações de trabalho nesses eventos.

A partir daí, procurei a ajuda de um ex-professor da rede de Mesquita, que conversando sobre o funcionamento da secretaria, foi possível descobrir a existência de uma coordenadora específica para Educação Física dentro do município, onde esse contato facilitou a estabelecer o primeiro contato e conseguir agendar posteriormente um encontro com a coordenadora do Município.

Após agendado, consegui realizar o encontro com a professora/coordenadora no dia 05 de outubro de 2017, na própria sede da SEMED de Mesquita, onde a mesma

encontra-se a frente da coordenação já exatos 7 anos. Antes de assumir o cargo já fazia parte do quadro de professores da rede do próprio município, e também apresentava experiências passadas pelas redes de ensino do Estado do Rio de Janeiro, da Prefeitura do Rio de Janeiro e município de Belford Roxo, todas no cargo de professora.

Depois disso podemos dizer que tive maior dificuldade da pesquisa, foi agendar as entrevistas com os professores que no primeiro momento iria acontecer na data do dia de 19 de outubro que estaria agendada a formação de professores. Assim sendo estaria todos os professores reunidos, tendo livre acesso aos professores para realizar as entrevistas. Problema que essa formação de professores não aconteceu, com isso fiquei na dependência de um contato para ir diretamente nas escolas. Ocorrendo uma demora, dificultando a ideia de a pesquisa ser realizada com média de 6 a 8 professores, sofrendo a diminuição apenas 4, tive esse retorno somente no dia 14 de novembro e conseguindo marcar as visitas para a data de 21 de novembro.

A coordenadora passou os contatos das diretoras das unidades escolares visitadas (Escola Municipal Cruzeiro do Sul, localizada no Centro da Cidade e a escola Municipal Castelo Branco em Rocha Sobrinho). Apesar da atenção dada nas trocas de mensagens para agendamento, as diretoras não sabiam muito bem a finalidade da minha visita as escolas, apresentando como novo estagiário de educação física nas duas ocasiões.

A escola 1, está localizada no Centro da Cidade de Mesquita, perto da parte comercial da cidade de fácil localização, sendo uma escola de tem uma grade integral e oferecendo os seguinte níveis escolares, Ensino Fundamental nos anos iniciais e finais, possuindo 3 professores de Educação Física onde 2 foram entrevistados, já a escola número 2, está localizada no bairro Rocha Sobrinho, em uma parte mais carente da cidade, localizado as margens da BR 116 (Dutra), sendo uma escola, que oferece o ensino na Educação Infantil e Ensino Fundamental anos iniciais e finais, possui 3 professores de Educação Física, onde apesar 2 foram entrevistados. As entrevistas com os professores duraram em média de 25 minutos, onde na primeira escola aconteceu na sala de professores, dificultando as entrevistas serem gravadas devido as conversas paralelas que acontecia dentro da sala de aula. Já na escola 2 a entrevista aconteceu no refeitório, podendo ser gravada visto que as aulas no referido dia tinham terminado mais cedo devido a falta d'água na escola.

Próximo capítulo falaremos sobre as questões que encontramos no campo nas entrevistas com a coordenadora e professores da rede.

Capítulo 5 -Diálogo com a empiria

5.1 – Entrevista com a coordenadora

Iniciamos a entrevista com apresentação Portaria número de 38, que é uma deliberação que trata sobre avaliação e da particularidade de ser uma construção da gestão antiga (que também fez parte), visto que houve mudança de governo no início do não, por isso já está sofrendo alterações através do novo governo, incluindo uma atualização do curricular.

Sobre essa mudança a coordenadora diz que:

Nesse momento, um momento delicado, ocorreu mudança de governo agora, no início desse ano, currículo foi publicado, um currículo muito culturalizado, só que não foi feito nenhum trabalho com os professores de multiculturalização. (...) durante esse ano pegamos o que já tinha feito no outro governo e levamos o currículo para o professor, para ele aperfeiçoar, com o currículo ficando pronto neste último mês, sendo publicado como uma atualização do currículo em vigor.

Para facilitar esta atualização curricular, no início do ano de 2017 ocorreu uma diagnose para observar se o currículo mínimo do município era atingindo pela educação física. Ela explica que foi uma diagnose falha:

Nosso grande problema era não ter o currículo, como vou fazer uma diagnose, o que tenho de diagnosticar está no currículo, eu preciso saber se esse aluno tem tal conhecimento eu preciso do currículo, quando o currículo foi publicado com exemplo ele não foi publicado de cada exemplo de uma turma”

Vale ressaltar que a coordenadora, avistou que no próximo ano irá acontecer novamente essa diagnose, com os professores mais familiarizados com o currículo.

Diferentemente do caso de outras matérias como Português e Matemática, que já tem pré-estabelecido o seu currículo mínimo mais fixo. Neste currículo nenhum momento foi tratadotema da avaliação.

A secretaria trabalha através de um currículo multicultural, no caso da educação física irá trabalhar com o patrimônio cultural corporal do aluno, onde esporte sendo o

meio, não o fim, onde o professor tem a liberdade de usar qualquer esporte para alcançar o objetivo planejado.

Segundo Luckesi (1986) e Enguita (1989), a avaliação tem duas funções básicas: para detectar o estágio de desenvolvimento e aprendizagem do aluno a fim de extrair conseqüências para o próprio processo de ensino e, portanto, avalia-o; e classificatória, para classificar os alunos, e servir também como um dos critérios de promoção. Apresentam alguns princípios da avaliação: esclarecer primeiramente o que será avaliado, selecionar as técnicas de avaliação e considerar a "avaliação como meio e não fim". Contudo, é preciso atentar para que essas funções não escondam pura e simplesmente uma intenção de controle sobre os alunos.

Sobre os professores, a rede é composta por 53 professores, onde estão inseridos nos seguimentos de Ensino Fundamental nos anos finais, onde sobre a Educação Física ela sinaliza que dentro da rede ainda existem professores com, apesar de pouco, que defende e praticam vertentes tecnicistas na rede de ensino, principalmente onde ela sinaliza que a escola ajuda essa situação, no momento não exercendo influência nos critérios adotados pelo professor no quesito de avaliação, existindo um respeito das direções na decisão do professor.

Mas ela observa que maioria dos professores procuram atuar com a proximidade do cotidiano do aluno:

Trabalha com essa cultura corporal movimento, com a valorização do aluno, assim uma grande parte dos professores fazem avaliação ao cotidiano do aluno e não aquela avaliação estanque.

Enquanto professora, que já atuou na própria rede de Mesquita e outras redes nos municípios do Estado, ela faz uma breve avaliação sobre os avanços que observou nesse período entorno da avaliação em Educação Física.

Sim, realmente quando eu comecei a avaliação era bem essa coisa de esporte, não tinha esse aprofundamento crítico, de levar em consideração ao aluno, o esporte que ele pratica, o esporte que praticado no entorno da escola(...) embora alguns conserve essa avaliação tecnicista.

Os encontros das disciplinas referente as horas de planejamento, são presenciais e obrigatórios para todos os professores, inicialmente chamado de Centros de Estudos

nessa nova gestão passou a ser denominado como GEPEF (Grupo de Estudo Pesquisa Extensão e Formação), sobre o retorno ela diz que:

Retorno e positivo, embora que uma corrente dentro da rede, que é contra voltar a cidade um dia mais, que preferia fazer o planejamento em casa. Mas maior retorno é positivo, até porque devido os encontros passam a ser um momento de atualização do professor que não tem tempo para realizar curso.

Sobre as dificuldades dos professores ela levanta o ponto de observar um desânimo do professor, como ponto fundamental, em vista que não existe políticas públicas voltadas para os professores, então maior dificuldade é manter esse professor hoje em dia motivado. Sobre os encontros principalmente o pouco tempo e grande demanda de assuntos pertinentes, ela acha que o professor deveria receber para explorar mais esse lado de pesquisa e estudos.

5.2 – Professores

A entrevista com o primeiro professor da escola Cruzeiro do Sul não teve condição de ser gravada, porque foi realizada na sala dos professores no horário do recreio e o barulho tornou impossível ocorrer a gravação, sendo transcrita a entrevista.

Professor, oriundo da faculdade UFFRJ, apresenta que nos seus anos de faculdade não teve nenhuma matéria relacionada a avaliação a educação física, a não ser avaliação antropométrica.

Sobre a existência de uma deliberação sobre avaliação do município de mesquita, ele diz que:

Acho que já li sim, mas não estou lembrando, são tantos documentos que a gente acaba lendo aqui, mas acho que já vi sim.

Na escola ele trabalha com as turmas referentes ao 4/5/6/7 anos, adotando como critério de avaliação dos alunos a participação das aulas e o comportamento, logo foi indagado sobre o posicionamento de alunos e responsáveis por esse tipo de avaliação, ele explica que:

Para os alunos, eles entendem e até gostam, acaba sendo uma forma de incentivar eles participarem e manter a disciplina durante a aulas. Com os responsáveis as vezes traz problemas porque o pai vem a escola saber o motivo da nota do filho e acabo explicado como é as atitudes dele em aula.

Quando tratamos da reprovação em Educação Física, ele acredita que não faça sentido e justifica dizendo que:

Logo no inicio, eu costumava a obrigar os alunos realizasse as tarefas e atividades propostas, onde criava muito desgastes e tensões, no relacionamento entre professor e alunos, por isso mais tarde comecei abandonar, quando passei a refletir o objetivo inicial da implementação da Educação Física na Escola, como atividade de lazer e lazer das tensões da sala de aula.

Com o professor 2, já tinha terminado o horário direcionado ao recreio, com isso sendo possível gravar a entrevista

Professor comenta que apesar de não existir uma disciplina especifica durante a graduação sobre avaliação abordou o tema dentro de outras disciplinas, ele explica como acontecia essa abordagem

Não uma disciplina especifica, mas tive dentro de outras disciplinas, mas não uma matéria especifica. Mas era um assunto sempre muito discutido, lembro de duas matérias que discutir muito isso a pratica de ensino e educação física no ensino médio, ela tirou uma parte grande do período para discutir o tema da avaliação.

Sobre a deliberação de avaliação dentro do município de Mesquita, ele afirma desconhecer e acaba colocando a culpa na existência de muito documento, o que acaba gerando uma dificuldade para lembrar de todos.

Professor irá trabalhar com as turmas de 7/8/9 anos utilizando apenas a observação como estratégias de avaliação e ressaltar que um tempo atrás existia um simulado na escola no qual era obrigado ter questões de educação física, depois acabou os simulados, quando tocamos no assunto referente a reprovação na Educação Física, ele disse:

Sim, tem reprovação na teoria , nesse sistema que eles criaram, você só pode reter no final do ciclo, no 3 ano, 6 ano e 9 ano.(...) depende de que está valendo o resto se a proposta e avaliar de forma integral,

continuada e ampla. Uma matéria nunca poderia reprovar ninguém. Mas se você tiver contato com uma coisa de conteúdo, mas tradicional você terá que avaliar.

Sobre a dificuldade ele apresenta as dificuldades ao material e a estrutura física da escola, mas além disso ele levanta uma situação estrutural da escola enquanto a avaliação, afirmando que:

Problema da escola não consegue definir muito bem objetivo que ela quer, ela não tem como um corpo definido muito bem o que ela quer, acaba que o cada professor resolvendo do seu jeito como acha melhor, escola com um todo não tem um direcionamento claro do seu objetivo.

A entrevista com as professoras 3 e 4 aconteceram simultaneamente devido ao horário que foi agendada pela coordenadora e pela escola naquele dia estar sem água.

Elas dividem as turmas da escola Castelo Branco, com a professora 3 lecionando para as turmas 6/7 anos e professora 4 com as turmas de 8/9 ano.

Sobre a deliberação sobre avaliação a professora 3 afirma não conhecer apesar de ter já debatido esse assunto internamente nas reuniões na escola com outras professoras de outras matérias dentro da escola e adotando o mesmo sistema de avaliação da professora 4 na escola. Ambas utilizam a participação (onde essa participação pode ser em aula ou em projetos.). A professora 4, acrescenta que sobre deliberação:

O grande problema, que acaba nunca chegando essas leis aos professores, pelo menos nessa escola, mas temos um critério definido em conjunto, até, mesmo com a direção o que deixa essa situação até engraçada, acho que até a diretora não sabe dessa lei.

Enquanto a reprovação na Educação Física as professoras diferem nas opiniões enquanto a professora 3, não acredita que deva acontecer a reprovação e justifica dizendo que:

Como maior parte do tempo, estamos avaliando através da participação, não acredito que é justo com o aluno, reprovação, além disso traz problemas com os responsáveis que não compreendem porque Educação Física possa reprovar.

Para professor 4, a reprovação faz necessária quando não a interesse dos alunos nas aulas, ou quando a avaliação vem na forma de projetos.

Sobre as dificuldades acaba para as duas professoras fica como maior dificuldade e o aluno compreender que a Educação Física e uma matéria como as outras, como matemática, português.

Capítulo 6 - Considerações finais

Apresentamos no início do estudo a seguinte pergunta: como tem sido desenvolvido o processo de avaliação nas aulas de Educação Física no Município de Mesquita? E para tentar responder definimos como objetivo analisar e compreender como os processos de Educação Física desse Município avaliam seus alunos a partir das referências apontadas pela Secretaria de Educação deste Município.

Acreditamos que alguns dados nos permitiram apontar questões para essa análise e compreensão, mas também avaliamos que o estudo acabou deixando outras questões em aberto.

Percebemos que a análise dos documentos oficiais e a prática dos professores estão distanciadas em torno do assunto que envolve avaliação. Durante o trajeto percorrido das entrevistas podemos observar que a Secretária de Educação de Mesquita, proporcionar uma quebra de paradigmas abrindo mão de uma avaliação tradicional, baseadas em notas como observamos em autores como Luckesi (2000), Perrenound (1990).

Precisamos apresentar alguns pontos importantes durante a pesquisa desse estudo, primeiro a quase ausência de literatura em nosso campo sobre a temática, sendo determinante o diálogo com autores da área da Educação. Outra diz respeito da pouca abordagem durante os anos acadêmicos ainda enquanto aluno educação Física dos 4 professores entrevistados, visto que nenhum obteve contato com uma disciplina voltada para avaliação da Educação Física escolar.

Pensamos que a educação física, não pode ficar a mercê de uma aula excludente, onde o aluno é avaliado pela sua aptidão física, frequência, desempenho motor e comportamento, porque sabemos que cada criança possui suas peculiaridades. Precisamos procurar maneira de motivar e proporcionar buscar novos mecanismos, tornando a Educação Física uma matéria relevante dentro do ambiente escolar, pautados onde o professor venha ser um instrutor e não apenas um reproduzidor de conhecimento.

Portanto, após esse estudo, observamos que existe um distanciamento das políticas públicas dos professores, onde apesar dessas políticas no papel, observamos que no âmbito da escola cada professor segue o que seu próprio critério enquanto avaliação.

O que diz respeito especificamente ao professor de educação física, apesar da possibilidade de percorrer novos caminhos, mesmo sendo longa a caminhada, observamos um certo distanciamento da importância da avaliação no processo escolar. Antes de repensar a prática da avaliação precisamos refletir nossa prática docente no cotidiano escolar.

Capítulo 7 - Referência bibliográfica

- ALVES, N. **Compassos e descompassos do fazer pedagógicos. Seminário sobre Psicopedagogia e o Cotidiano Escola**, Franca: São Paulo. 1996
- BARRIGA, A. (org) **El examen: textos para suhistoria y debate**. México; UNAM. 1993.
- BRASIL. Lei N° 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lex: Leis de Diretrizes e Bases da educação Brasileira (LDB)**, Brasília, 1996.
- BRASIL, MEC/Secretaria de Educação Fundamental (1997), **Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais**, 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000a.
- BRASIL, MEC/Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais Educação Física – primeiro e segundo ciclos**, Brasília: MEC/SEF, 1997.
- CARMO, Josué Geraldo Botura do. **Avaliação Classificatória X Avaliação Progressiva**, 2003.i
- CARVALHO, J.M, **Avaliação e Educação Física escolar: Dilemas a serem superados, possibilidades a serem construídas**. UFF/Niterói , 2013
- DEMO, P. **O mais importante da Educação importante**. São Paulo, Atlas. 2012
- ENGUITA, M. F. **A face oculta da escola - educação e trabalho no capitalismo**. (tradução de Tomaz Tadeu da Silva) Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- ESTEBAN, Maria Teresa. **O que sabe quem erra? Reflexões sobre avaliação e o fracasso escolar**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001
- _____, (Org.). **Escola, Currículo e Avaliação**. 2°ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- FREIRE, João Batista. **Educação de corpo inteiro: Teoria e pratica da Educação Física**. São Paulo: Scipione, 1994.
- GIMENO SACRISTÁN, J. **Escolarização e cultura: a dupla determinação**. In: SILVA, L. et al. (Org.). **Novos mapas culturais/novas perspectivas educacionais**. Porto Alegre: Sulina, 1996. p.34-57
- HOFFMANN, Jussara. **Avaliação Mito & Desafio: uma perspectiva construtivista**. Porto Alegre: Mediação. 1991.

_____, **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. Porto Alegre: Educação e Realidade, 2009.

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/mesquita/panorama> em 01/12/2017 as 21:28

<http://www.mesquita.rj.gov.br/pmm/semmed/em> 01/12/2017 as 21:40

<http://www.mesquita.rj.gov.br/wp-content/uploads/2016/10/DOM-27-10-16.pdf> em 08/11/2017 as 10:34

LIBÂNEO, J.C. **Didática. Coleção Magistério**. São Paulo, 1994.

LUCKESI, CIPRIANO Carlos. **Avaliação educacional escolar: para além do autoritarismo**. Revista de Educação AEC, v. 15, n. 60, p. 23-37, 1986

_____, **Avaliação da aprendizagem** escolar. São Paulo: Cortez, 2000.

_____, **Avaliação da aprendizagem na escola: reelaborando conceitos e recriando a prática**. 2ª ed. Salvador: Malabares: 2005.

_____, Entrevista à revista *Nova Escola*, nº 191, abril 2006. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/formacao/cipriano-carlos-luckesi-424733.shtml>.

_____, **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 22ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

MARTINS, Joel. **Avaliação: seus meios e fins**. Educação e Avaliação, São Paulo, (1): 84-95, 1984

PALAFIX, G. **Avaliação em Educação Física**. Universidade Federal da Paraíba, 1992. (Mimeo).

PERRENOUD, P. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

_____, **Construir as Competências desde a Escola**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

RIBERIO, D. **Diários índios: os Urubus-Kaapor**. São Paulo: Companhia das letras. 1996

TERRA, D,V, PALAFIX, G.H.M., **Introdução à avaliação na Educação Física Escolar**, Revista Pensar a Prática, v.1, 1998

